

PROGRAMA DE FORMAÇÃO ESPORTIVA NA ESCOLA – ATLETA NA ESCOLA: fundamentos lógicos e circunstâncias históricas

Nadson Santana Reis¹
Pedro Fernando Avalone Athayde²
Edriane Lima do Nascimento³
Fernando Mascarenhas⁴

RESUMO

O estudo⁵ constitui uma primeira tentativa de análise do Programa de Formação Esportiva na Escola – Atleta na Escola e está estruturado conforme seus três grandes “eixos de ação”, a saber: incentivo e democratização das práticas esportivas na escola; desenvolvimento e difusão de valores olímpicos e paralímpicos entre estudantes da Educação Básica; e identificação e orientação de jovens talentos. No caso dos dois primeiros eixos, os resultados apontam fragilidades, descompassos e imprecisões entre o marco teórico-conceitual e o desenho técnico-operacional. Por outro lado, o último eixo confere identidade e dá conformidade ao programa, (re)escalando a escola e a Educação Física para o velho “jogo” da massificação esportiva, identificação e seleção de talentos. As considerações indicam, portanto, a necessidade de contrapor ao risco renovado de instrumentalização da escola, da Educação Física e das políticas esportivas educacionais em função dos anseios e prerrogativas do setor esportivo *stricto sensu*.

Palavras-chave: Escola; Educação Física; Esporte; Políticas Públicas

- 1 Mestrando em Educação Física. UNB, Brasília/Distrito Federal, Brasil.
E-mail: nadsonsr@hotmail.com
- 2 Doutor em Política Social. Pesquisador do grupo Avante-UNB. Brasília/DF, Brasil.
E-mail: pedroavalone@gmail.com
- 3 Mestranda em Educação Física. UNB, Brasília/Distrito Federal, Brasil.
E-mail: edrianeln@gmail.com
- 4 Doutor em Educação Física. Professor da UNB, Brasília/Distrito Federal, Brasil.
E-mail: fernando.masca@uol.com.br
- 5 O estudo teve apoio, na forma de bolsa de estudo, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes.

INTRODUÇÃO

A gênese da Educação Física e do Esporte guardam importantes aproximações, sejam espacial ou temporalmente, além de vínculos advindos das condições e motivações históricas que não podem ser negligenciados. Ambos nascem na Europa, no âmbito do projeto de modernidade, imersos na configuração dos Estados-nações, dos sistemas nacionais de ensino e das práticas de divertimento modernas⁶. Já em seu nascedouro, o esporte vinculou-se à Educação Física nas escolas públicas inglesas (*Public Schools*). Por seu turno, expandiu e espraiou-se pelo mundo, tendendo à institucionalização, com códigos, sentidos e significados próprios. Um processo marcado pela aquisição de autonomia, mudando, paulatinamente, de conteúdo de ensino – algo a ser escolarizado – a um conteúdo exclusivo da Educação Física, esportivizando-a (DANTAS Jr., 2008). Todavia a natureza dessa relação tem sido mediada, também, por tensões, conflitos e crises, mesmo porque dizem respeito a universos simbólicos distintos, cujos interesses, por vezes, divergem.

Desse modo, a presença do esporte na escola, mediada pela Educação Física, não é novidade. Oliveira (2009) destaca

que o avanço do esporte sobre a Educação Física, no Brasil, se dá por volta dos anos quarenta com a difusão do método “Educação Física Desportiva Generalizada”, criado pelo Instituto Nacional de Esportes da França. De forma institucional, essa relação ganha impulso no âmbito da Ditadura Militar – quando o ‘esporte estudantil’⁷ passou a ser reconhecido como uma forma de organização do desporto, ao lado do esporte comunitário, militar e classista (MANHÃES, 2002). Todavia, na atualidade, os novos arranjos das políticas esportivas, sobretudo em sua dimensão educacional, tem alimentado – com ingredientes novos – esse relacionamento.

Ademais, a referida relação tem motivado e alimentado, nas Ciências do Esporte, um intenso debate que, em maior ou menor medida, está presente no conjunto da produção do conhecimento da área, nos tempos e espaços de socialização e discussão dessa produção, como é o caso de congressos, simpósios, encontros e seminários. Logo, é reconhecida e debatida a presença histórica do esporte nas escolas brasileiras – tanto como conteúdo de ensino da Educação Física, quanto como objeto de políticas esportivas, carregando e mobilizando, portanto, recursos financeiros, materiais e simbólicos.

6 Há, entretanto, desacordos e/ou divergência sobre o surgimento do esporte. Uma das tendências aponta, por exemplo, que o esporte já existia desde a Antiguidade, identificado em jogos praticados por variados povos (chineses, egípcios, gregos, romanos e outros). Tal entendimento concorre com aquele que localiza seu surgimento entre os séculos XVIII e XIX, no interior da aristocracia europeia, atendendo aos interesses das classes dominantes – em consequência de sua riqueza e liberdade, condição que favoreciam o gozo de ócios marcados. Existe, também, uma terceira análise que considera que as transformações sociais de gestação do esporte ocorreram a partir da combinação entre aspectos políticos e normativos, demarcando seus respectivos *habitus*, o que significaria uma simplificação situar as raízes do esporte exclusivamente no contexto do capitalismo (VAZ, 2008).

7 A expressão ‘esporte estudantil’, usado acima, faz referência ao termo presente na Lei Geral do Esporte de 1975 – Lei nº. 6.521 de 08 de outubro de 1975.

Uma das expressões do movimento em favor de induzir e dar vazão à discussão sobre o esporte na escola foi a organização, pela revista Movimento, em 2000 e 2001, de uma coletânea de textos que, em torno da seção '*Temas Polêmicos*', tinham em comum a discussão sobre o '*Esporte de rendimento e esporte na escola*'. Participaram daquele debate Elenor Kunz, Valter Bracht, Adroaldo Gaya e Celi Taffarel no ano de 2000 e Marco Paulo Stigger, Alexandre Vaz e Hugo Lovisolo em 2001. A envergadura e pertinência do conteúdo veiculado pela mencionada revista, naquela ocasião, podem ser atestadas a partir do esforço recente de Stigger e Lovisolo (2009) em reunir os trabalhos em livro, acrescido por novas e curtas reflexões, elaboradas pelos próprios autores.

Além disso, a pouco mais de dez anos, Bracht e Almeida (2003, p. 87) também publicavam um artigo na Revista Brasileira de Ciências do Esporte, com o título '*A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da Educação Física*', cujo objetivo era "[...] discorrer acerca das ligações estabelecidas entre a educação física e a política esportiva no país". Conforme os autores, o motivo para aquela análise circunscrevia o alardeado movimento 'pró' Educação Física presente na sequência do 'vexame' brasileiro nas Olimpíadas de Sydney, em 2000, na Austrália. Para eles, tal apelo teve desdobramentos importantes na área: de um lado, a alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

(Lei nº. 9.694/96), sobretudo no art. 26, que incluía a palavra '*obrigatório*' à frente da expressão '*curricular*'; e, por outro, a criação, em junho de 2001, do Programa Esporte na Escola, com a finalidade de desenvolver a Educação Física nas escolas, via valorização das práticas esportivas, fomentando, desse modo, o desenvolvimento do esporte no país.

Já em 2013, em número especial da revista '*Em Aberto*', os mesmos autores publicizaram outro texto intitulado '*Esporte, escola e a tensão que os megaeventos esportivos trazem para a Educação Física Escolar*', no qual buscaram refletir sobre os programas e ações que influenciam a Educação Física Escolar, tomando os programas '*Esporte na Escola*' e '*Segundo Tempo*' como objetos de análises, assim como os dois megaeventos esportivos agendados para o país (Copa do Mundo FIFA de Futebol 2014 e Jogos Rio 2016).

Esse quadro, representado pelo conjunto da produção do conhecimento sobre a temática, tiveram em comum o mérito de descortinar as tensões que marcam essa controversa e ambígua relação, situando, para isso, os conflitos e as articulações entre diretrizes, códigos e princípios que orientam e normatizam os dois setores. Assim, na direção apontada, da necessidade de refletir sobre a presença do esporte na escola, sobretudo a partir dos novos arranjos das políticas esportivas – impactadas pelos megaeventos esportivos – esse estudo pretende analisar o Programa de Formação Esportiva na Escola – *Atleta na Escola*⁸, procurando

8 Um programa do Governo Federal, organizado conjuntamente pelo Ministério da Educação, Ministério do Esporte e Ministério da Defesa em parceria com Estados, Distrito Federal, Municípios, Escolas, Comitês Olímpico e Paralímpico Brasileiro e as Confederações Brasileiras de Atletismo, Judô e Voleibol.

elucidar as relações e tensões que este tem fomentado na instituição escolar, confrontando seus “eixos de ação” (objetivos) com sua formação/organização técnico-operacional, localizando-o no arcabouço das políticas nacionais de esporte. Além disso, busca-se entender quais são os interesses e motivações do Estado brasileiro para propor políticas como o ‘Atleta na Escola’.

Delineamento do estudo

Diante das problematizações ora apresentadas, o estudo de natureza qualitativa adotou o modelo de análise de políticas sociais formulado por Boschetti (2006; 2009⁹). Entretanto, adaptando-o, frente aos objetivos do trabalho e especificidades da política analisada. Assim, selecionou-se o primeiro aspecto, o qual versa sobre a ‘concepção da política’, priorizando os seguintes indicadores: natureza e tipo dos direitos previstos e/ou implementados; critérios de acesso e permanência; e as formas e mecanismos de articulação com outras políticas.

Nessa direção, os procedimentos metodológicos agregam revisão bibliográfica e pesquisa documental. A primeira envolveu o estudo de obras de referência

sobre o tema de investigação, sobretudo, a respeito do processo de delimitação do marco teórico-conceitual. A segunda, a análise dos documentos oficiais divulgados em formato digital na página do portal eletrônico que apresenta e viabiliza a adesão ao programa.

De maneira complementar, utilizou-se, ainda, análise do conteúdo das falas dos ministros do Esporte (Aldo Rebelo¹⁰) e da Educação (Aloízio Mercadante¹¹), além do secretário da Educação Básica (Romeu Caputo¹²) proferidas por ocasião do lançamento do programa ‘Atleta na Escola’, em maio de 2013. Seu conteúdo foi divulgado publicamente, em vídeo¹³, no próprio portal do programa – uma fonte documental complementar de grande importância para o estudo.

Quanto à lógica de exposição, realizada uma discussão inicial a fim de situar, brevemente, a relação entre a escola e o esporte no Brasil – bem como o tempo e o espaço que esse debate tem ocupado na área – e apresentado o percurso metodológico do estudo, segue-se uma apresentação sobre o Programa de Formação Esportiva na Escola – considerando sua estrutura e dinâmica. Na sequência, procura-se destacar as antinomias, convergências e

9 A adoção do modelo de análise proposto por Boschetti (2006; 2009) supõe um caminho profícuo no sentido de: a) buscar analisar a política em sua totalidade, a partir da incorporação analítica dos principais aspectos que a constituem; b) revelar o caráter contraditório existente entre as determinações legais e a operacionalização da política social; c) articular tanto os determinantes estruturais que conformam a política social quanto as forças sociais e políticas que agem na sua formulação e execução. Tal modelo sugere, ainda, elementos empíricos de análise para delineamento do quadro institucional que conforma a política ou programa social avaliado: a) os direitos e benefícios estabelecidos e assegurados (concepção da política); b) o financiamento (fontes, montante e gastos); c) gestão (forma de organização) e controle social (participação da sociedade civil).

10 Ocupou o cargo de Ministro do Esporte no período de 27-10-2011 a 01-01-2015.

11 Ocupou o cargo de Ministro da Educação no período de 24-01-12 a 03-02-2014.

12 Secretário da Educação Básica do Ministério da Educação de 11-01-2013 a 13-02-2014.

13 Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1EKaoUFOlaY>. Acesso em: 27 Ago. 2014.

tensões na relação esporte/escola mediada pelo Programa Atleta na Escola. Para isso, são analisados e discutidos os três “eixos de ação” que orientam o programa, quais sejam: a) Incentivo e democratização das práticas esportivas na escola; b) Desenvolvimento e difusão de valores olímpicos e paralímpicos entre estudantes da Educação Básica; e c) Identificação e orientação de jovens talentos.

Ressalva-se que este último é considerado [nesse texto] merecedor de atenção e aprofundamento, uma vez que, além de conferir identidade e conformidade ao programa, tem potencial para impactar a Educação Física Escolar, instrumentalizando-a, conforme sentidos e significados que não são próprios da instituição educacional.

Estrutura e dinâmica do Programa Atleta na Escola

Lançado em maio de 2013, o Programa de Formação Esportiva na Escola – Atleta na Escola, sob a responsabilidade do Ministério da Educação em conjunto com o Ministério do Esporte – vinculado à Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR) – e do Ministério da Defesa, tem como objetivos:

- a) *Incentivar a prática esportiva nas escolas;*
- b) *Democratizar o acesso ao esporte;*

- c) *Desenvolver e difundir valores olímpicos e paralímpicos entre estudantes da Educação Básica;*
- d) *Estimular a formação do atleta escolar;*
- e) *Identificar e orientar jovens talentos¹⁴.*

Ante ao desafio de assegurar o desenvolvimento do programa, o Governo Federal mobilizou parceria entre Estados, Distrito Federal, Municípios, Escolas Públicas e Privadas, Comitês Olímpico e Paralímpico Brasileiro, bem como com as Confederações Brasileiras de Atletismo, Judô e Voleibol, conforme demonstrado no portal do programa¹⁵.

Registra-se ainda que, em 2013, o programa estava organizado em função da modalidade esportiva atletismo, sobretudo com atividades de saltos, corrida de resistência e de velocidade. Para o ano de 2014, acrescentaram-se as modalidades olímpicas de judô e voleibol, além do arremesso de peso. As modalidades paralímpicas, incorporadas nesse último ano, envolvem o Atletismo Bocha, Futebol de Cinco (deficiência visual), Futebol de Sete (paralisia cerebral), Goalball, Judô, Natação, Tênis de Mesa, Tênis em Cadeiras de Rodas e Voleibol Sentado.

O programa pretende buscar dois grupos de estudantes, do Ensino Fundamental e Médio, de 12 a 14 anos e de 15 a 17 anos. Para isso, prevê a realização de Jogos Escolares em quatro etapas:

14 Informação disponível em: <http://atletanaescola.mec.gov.br/programa.html>. Acesso em: 25 Ago. 2014.

15 O portal do Programa de Formação Esportiva na Escola – Atleta na Escola, disponível na internet, constitui ferramenta que apresenta o programa e viabiliza a adesão por parte das escolas e secretarias de educação interessadas: <http://atletanaescola.mec.gov.br/programa.html>.

a primeira fase na escola; a segunda de caráter municipal-regional; a terceira em nível estadual; e, por fim, a etapa nacional, com a participação dos “alunos-atletas” nos Jogos Escolares da Juventude. Nesta ordem, cada fase é eliminatória e classificatória para a etapa posterior, de modo que só

os melhores “atletas” de cada unidade da federação alcançam a competição nacional.

De forma panorâmica, a Figura 01, reproduzida abaixo, apresenta o desenho técnico-operacional dos Jogos Escolares. A imagem, além disso, destaca as fontes de financiamento que custeiam cada fase:



Figura 1: Fluxograma das etapas de competição dos Jogos Escolares.

Fonte: Ministério do Esporte.

Além dos Jogos Escolares, o programa conta, também, com outra grande ação: a construção dos Centros de Iniciação Esportiva (CEI) – espaço destinado para receber os talentos esportivos identificados na etapa nacional.

A relação esporte e escola arbitrada pelo Programa Atleta na Escola: antinomias, convergências e tensões

Muito embora o esporte não goze de prestígio na agenda governamental, desde o

Estado Novo ele vem sendo objeto de atenção por parte do Estado brasileiro, variando segundo os interesses e as necessidades que conformam determinadas conjunturas políticas, econômicas, sociais e culturais.

Parece-nos claro que, no conjunto das ações governamentais, o fenômeno esportivo situa-se antes numa posição marginal frente a setores como o da economia, da saúde, da educação, da habitação. A não ser por razões corporativas, considerando o quadro brasileiro, poder-se-ia reivindicar para o esporte o status de prioridade de ações governamentais. Aliás, em todas as pesquisas de

opinião sobre quais os problemas mais sérios e urgentes que deveriam ser enfrentados pelo governo, o esporte não aparece ranqueado. É mais ou menos lugar-comum, portanto, que na ordem de prioridades das ações do poder público o esporte não deva ocupar lugar de destaque. (BRACHT, 2005, p. 81-82).

O papel coadjuvante que o esporte ocupa no contexto das ações de governo, tem relação com a ausência de reconhecimento de seu acesso como um direito social. No entanto, conforme aponta Bracht (2005), há um entendimento sedimentado entre os agentes do setor que o vincula à política e à economia no sentido da integração nacional, da educação cívica, da preservação da saúde da população, da melhoria da qualidade de vida e do oferecimento de oportunidades de lazer e outros.

A despeito do esporte não ser prioridade na agenda pública é fundamental reconhecer que, no contexto dos megaeventos esportivos, isto sofre alterações. Mesmo porque há uma supervalorização de sua dimensão econômica, com investimento estatal na organização do esporte espetáculo, isto é, com o uso do fundo público para a garantia das condições de produção do esporte como mercadoria. Entretanto, tal política cobra ações de legitimação, o que se constrói a partir do ufanismo patriótico mobilizado pelo esporte e por seus heróis, ou seja, pelos resultados esportivos. Como desdobramentos, tem-se a construção de uma agenda esportiva que coloca ao Brasil a necessidade de alçar lugar de destaque entre as potências esportivas.

Dessa forma, os megaeventos constituem uma chave interpretativa de grande relevância para a análise das recentes políticas esportivas. Mesmo porque são dotados de força normativa, tanto por seu poder simbólico, quanto econômico. Bem como pelo relacionamento com uma série de características do esporte de alto rendimento, que lhes conferem inegavelmente grande apelo popular e adesão apaixonada (BRACHT, ALMEIDA, 2013).

Para o caso do *Atleta na Escola*, é fundamental, então, considerar tal contexto e, por consequência, a alardeada necessidade de massificação da prática esportiva nas escolas brasileiras.

Desse modo, desde os Jogos Pan-Americanos de 2007, passando pela Copa do Mundo FIFA 2014 até a oficialização da cidade do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, assiste-se um movimento em que as políticas esportivas têm sido influenciadas pelo desejo de projetar o país no campo do esporte, da política e da economia. Não obstante, tais eventos esportivos passaram a constituir o princípio organizador da agenda de esporte no Brasil (MASCARENHAS *et al.*, 2014).

Nesta perspectiva, as circunstâncias históricas sobre as quais se edifica o Programa de Formação Esportiva na Escola – *Atleta na Escola* tem sido caracterizada pela atenção do governo brasileiro para a organização da base de desenvolvimento do esporte¹⁶, buscando revitalizar as práticas

16 A noção de base de desenvolvimento do esporte tem vínculo com o modelo piramidal esportivo. O qual pressupõe um mecanismo de camadas sobrepostas da base ao topo, pautado pela seletividade e fundamentado na crença de que a quantidade de praticantes seria uma variável independente para se obter a qualidade desejada. De maneira que à Educação Física e ao esporte educacional caberia a responsabilidade de selecionar os mais aptos e habilidosos tendo, portanto, o rendimento como meta e o esporte de massa e escolar como meio (BUENO, 2008).

esportivas no interior da escola – o que levou Mascarenhas (2012) a supor que a cada ciclo olímpico, ainda que com nuances específicas, esse discurso seja reatualizado.

Assim, considerando a necessidade de análise da iniciativa, optou-se, para efeito didático, por uma exposição em torno daquilo que se chamou de “eixos de ação” do programa, cujo conteúdo é traduzido a seguir:

- a) Incentivo e democratização das práticas esportivas na escola;
- b) Desenvolvimento e difusão de valores olímpicos e paralímpicos entre estudantes da Educação Básica;
- c) Identificação e orientação de jovens talentos¹⁷.

Nessa ordem, os “eixos de ação” sintetizam as diretrizes que norteiam as ações do programa, as quais discutiremos a seguir:

a) Incentivo e democratização das práticas esportivas na escola

Inicialmente cabe reconhecer que o programa em questão é formatado e caracterizado por uma série de eventos, editados conforme a lógica de campeonatos – com provas classificatórias e eliminatórias – pela qual os alunos com melhor desempenho – leia-se performance esportiva – alçam à condição necessária para a participação na etapa subsequente.

Assim, é oportuno problematizar o discurso referente a este “eixo de ação”. A

despeito da premissa do incentivo às práticas esportivas nas escolas e da democratização de seu acesso, o programa parece supor que a mera participação dos estudantes na etapa escolar, municipal-regional, estadual e/ou nacional – de caráter eliminatório e classificatório – seja suficiente para estimular as atividades esportivas no interior das escolas, democratizando-as.

Desse modo, há problemas nesse tipo de enunciado. Mesmo porque o incentivo e a própria democratização às atividades esportivas não pode prescindir e/ou negligenciar um processo de educação *com* e *para* o esporte. Isto é, um processo de formação amplo e complexo, cujas diretrizes, conforme Pires e Silveira (2007), numa perspectiva crítica e criativa de apropriação dos saberes/fazeres da cultura esportiva, devem considerar, entre outras possibilidades: a fruição lúdica e prazerosa do jogo esportivo, na forma das diferentes modalidades e possibilidades de experiências no e com o esporte; a aprendizagem social e ética do convívio com o outro, com o diferente, numa perspectiva de reconhecimento e respeito à alteridade; a experiência e educação estética para reconhecer e admirar a plástica dos movimentos no esporte; a satisfação pessoal/subjetiva de enfrentar desafios por meio da prática esportiva, e aprender sobre limites e possibilidades de superação; o conhecimento sobre a dinâmica esportiva, seus códigos, regras, técnicas etc., como praticante e como espectador; e a compreensão crítica dos muitos discursos que perpassam o campo esportivo, inclusive o produzido pela mídia, que tende a se

17 Disponível em: <http://atletanaescola.mec.gov.br/programa.html>. Acesso em: 26 Ago. 2014.

tornar hegemônico e influenciar as demais manifestações culturais do esporte.

Tais prerrogativas, portanto, supõem que o incentivo e democratização às atividades esportivas – ou seja, o objetivo do programa – não pode ser tomado como uma simples atividade ou como um momento isolado do processo que se materializa num evento esportivo, cuja reprodução de signos e valores do esporte de alto rendimento é a referência para sua organização.

Castellani Filho (1999) endossa esse argumento ao alertar que a apropriação do esporte – como princípio para a democratização do acesso – supõe o reconhecimento da existência de um conhecimento esportivo que se configura tanto pelo saber afeto ao fazer esportivo, quanto pela compreensão de seu significado na definição da cultura corporal. Isso requer apreensão/apropriação pelos cidadãos com o objetivo de auferir-lhes autonomia esportiva para que possam, de livre arbítrio, dele se utilizarem seja para a promoção da saúde, seja para o lazer ou então, se assim o desejarem, como instância de trabalho (atleta profissional, técnico esportivo, preparador físico, administrador, cientista, professor).

Conforme Mascarenhas (2012), tendo em vista a ambição e projeto olímpico do governo brasileiro, voltado para a produção de melhores resultados esportivos, o que está em “jogo” é a massificação da prática do esporte a partir do ambiente escolar, e não sua democratização. A justificativa para tal reside na compreensão de que a quantidade de praticantes constitui uma variável fundamental para se obter a qualidade desejada (BUENO, 2008; CASTELLANI FILHO, 2008).

Tão logo, pelos limites e contradições apontados é imprescindível reconhecer que o discurso em torno do incentivo

às práticas esportivas na escola e mesmo a democratização do acesso ao esporte, no âmbito do ‘Atleta na Escola’, tem função de conferir legitimidade ao programa, uma vez que não ressoa como orientação normativa-operacional para o conjunto de suas ações. Nessa direção, ganha relevo a observação de Mascarenhas (2008), chamando atenção para o poder mistificador e avalanche semântica dos discursos que envolvem o direto ao esporte, já que esse efeito falseia e sedimenta a coesão e o consenso que buscam garantir legitimidade ao conjunto das políticas em curso no país.

b) Desenvolvimento e difusão de valores olímpicos e paralímpicos entre estudantes da Educação Básica

Este segundo “eixo de ação” envolve o desenvolvimento e difusão de valores olímpicos e paralímpicos entre os estudantes do Ensino Básico. Assim como no eixo anterior, a presença desse discurso figura como um elemento que busca legitimar e justificar a iniciativa. O Atleta na Escola supõe que o fomento à prática esportiva, por si só, seja suficiente para a difusão dos referidos valores.

Trata-se, portanto, de outra fragilidade do programa, mesmo porque a socialização de tais valores pressupõe um processo de formação, de educação olímpica, caracterizada como um conjunto de atividades pedagógicas de caráter multidisciplinar e transversal, que tem nos valores olímpicos o eixo integrador (REPPOLD FILHO *et al.*, 2009).

Para Furtada (2007) a educação olímpica – baseada nos valores e ideário olímpico – tem como objetivo a inserção

do esporte moderno na rotina escolar, ancorada na filosofia da educação *pelo* esporte, cujo valor fundamental é a ênfase no conceito de desenvolvimento harmonioso e integral do ser humano que se desdobra na:

“[...] ideia de esforço pela perfeição humana através da alta performance; atividade esportiva relacionada a princípios éticos como o *fair play* e igualdade de oportunidades, o conceito de paz e boa vontade entre as nações, exemplificadas como respeito e tolerância nas relações entre os indivíduos e a promoção de mudanças para emancipação dentro e através do esporte (RUBIO, 2009, p. 94).

Por isso, é inócuo pensar em um processo de apropriação dos valores olímpicos e paralímpicos mediante uma política de eventos, centrada na identificação de talentos esportivos. Ademais, é fundamental considerar que a inserção dessa dimensão do saber esportivo pressupõe debate e escolhas (seleção de conteúdo) no interior da escola, sobretudo, pelos professores de Educação Física, podendo ou não estar presente no Projeto Político Pedagógico das instituições educacionais, desaconselhando, portanto, uma imposição ministerial.

Outra questão a considerar – e que não pode estar ausente no tratamento destinado à questão – é a mistificação que envolve os valores olímpicos, uma vez que há muito tempo eles cederam lugar aos interesses políticos e econômicos.

É evidente que a ideologia olímpica primordial de manter os Jogos afastados de interesses comerciais não tem nada que ver com as linhas de conduta econômica que tem seguido as últimas edições dos Jogos Olímpicos. A rede de interesses comerciais que tem envolvido o esporte em geral, e o olimpismo

em particular, tem-se tornado muito densa em poucos anos. A publicidade de produtos comerciais, o patrocínio dos esportistas que atuam como autênticos agentes das empresas que representam, os contratos comerciais que realizam as federações nacionais e internacionais com as mais variadas empresas, o crescimento espetacular da indústria de equipamentos esportivos, tudo isso em suma faz o movimento olímpico cada dia mais dependente dos interesses do grande capital. Nesse sentido, o olimpismo se tem convertido não só em um instrumento da política internacional, senão também em um instrumento dos grandes interesses comerciais. (GARCIA FERRANDO, 1990, p. 209).

Assim, eleger a difusão de valores olímpicos e paralímpicos por meio de um programa esportivo só se justifica a partir da idealização do movimento olímpico e, também, da necessidade de conformar a ideia de que toda a população dele se beneficiará, justificando, assim, os gastos públicos no setor.

c) Identificação e orientação de jovens talentos

O terceiro “eixo de ação”, que se traduz na ‘Identificação e orientação de jovens talentos’, constitui a diretriz que caracteriza e dá identidade ao programa, conferindo sua formatação. Entendê-lo requer um esforço para apanhar os contornos adquiridos em função das condições históricas que marcam o esporte na atualidade.

Assim, é elucidativo relacionar o programa em análise com algumas diretrizes apontadas pelo Plano Decenal de Esporte – documento que sistematiza o debate da III Conferência Nacional do Esporte que, não obstante, tematizou os megaeventos

esportivos. Nessa direção, fica nítido que o 'Atleta na Escola' concorre para a materialização de um dos objetivos destacados no documento, mais especificamente na linha de 'Esporte de Alto Rendimento', o qual versa sobre a necessidade de:

Implantar uma política pública que priorize o esporte, da base ao alto rendimento, no âmbito Municipal, Regional, Estadual e Nacional, desenvolvendo a prática de um maior número de modalidades olímpicas, paraolímpicas, não-olímpicas, paradesportivas e surdo-olímpicas, nos Estados e municípios (BRASIL, 2010, p. 01).

Além disso, o referido plano também apontou a necessidade de promoção de eventos esportivos em todos os níveis de governos, tendo como finalidades a seleção de novos talentos. Desse modo, o "Atleta na Escola" como um programa que busca selecionar os 'destaques' nos Jogos Escolares acaba por viabilizar e materializar alguns dos objetivos e metas do Plano Decenal.

A identificação de novos talentos esportivos, portanto, constitui a diretriz normativa e operacional do Estado brasileiro para formular ações como o "Atleta na Escola". É o que se depreende dos discursos das autoridades que participaram do lançamento do programa. Romeu Caputo, por exemplo, então Secretário da Educação Básica

do Ministério da Educação, destacou que a identificação e orientação de jovens talentos são fundamentais para o desenvolvimento do esporte no país e que a educação precisa ser parceira nesse processo a fim de "[...] formar uma base para o Brasil Medalhas' [...] a base que a gente tanto precisa [...]"¹⁸.

Aldo Rebelo – na ocasião, Ministro do Esporte – endossa o discurso ao chamar a atenção de que:

[...] o alto rendimento só tem futuro se estiver vinculado à escola. Porque as vezes as pessoas ficam discutindo: há mais não tem modelos? Como é o modelo cubano? O modelo americano? O modelo francês de alto rendimento? É um modelo só! Todos eles têm como base a escola. Isso não varia! O que varia é depois que o americano tem uma participação no setor privado, o cubano continua a ser de contribuição do Estado, mas a base permanente, ou seja, onde cada sociedade busca atletas para o alto rendimento é na escola. A escola é a base de tudo!¹⁹

Na mesma ocasião, o Ministro da Educação, Aloísio Mercadante, fez referência ao sucesso da Jamaica no atletismo, argumentando que o biótipo é importante no esporte de alto rendimento, mas que "[...] num país com quase 200 milhões de pessoas, seguramente temos biótipo"²⁰.

18 Discurso de Renato Caputo, proferido em 07/05/2013, por ocasião do lançamento do programa Atleta na Escola. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1EKaoUFOIaY>. Acesso em: 27 Ago. 2014. Transcrito pelo autores.

19 Discurso de Aldo Rebelo, proferido em 07/05/2013, por ocasião do lançamento do programa Atleta na Escola. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1EKaoUFOIaY>. Acesso em: 27 Ago. 2014. Transcrito pelo autores.

20 Discurso de Aloísio Mercadante, proferido em 07/05/2013, por ocasião do lançamento do programa Atleta na Escola. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1EKaoUFOIaY>. Acesso em: 27 Ago. 2014. Transcrito pelo autores.

Ao lado das observações das autoridades de governo, apresentadas acima, o trecho da reportagem na sequência, cujo conteúdo metafórico sintetiza e sinaliza para o que representa o esforço do Ministério do Esporte e de suas políticas, reforça e elucida o mote que tem orientado as políticas de esporte educacional no país, sobremaneira o programa em análise:

O governo trabalha para garantir o legado material, com construção das instalações olímpicas, e, ainda, consolidar o acesso da população à prática esportiva, com equipamentos de qualidade. Um dos grandes legados olímpicos será a consolidação da Rede Nacional de Treinamento. Na base da pirâmide está a grande massa de crianças e jovens brasileiros cujos talentos são identificados em clubes, programas sociais, como Segundo Tempo/Mais Educação, Segundo Tempo/Forças no Esporte e Programa Esporte e Lazer da Cidade, e no programa Atleta na Escola, que tem a missão de promover a iniciação esportiva. Os programas poderão ser desenvolvidos nos Centros de Iniciação ao Esporte (CIE)²¹.

Por tais razões, endossa-se o entendimento de que o Programa Atleta na Escola é uma política que se inscreve no âmbito da ambição olímpica do governo brasileiro, que tem alegado constantemente a necessidade de viabilizar o desenvolvimento do esporte nacional, a partir do incremento das políticas esportivas educacionais.

É evidente a retomada de uma concepção de esporte educacional e, por

consequência, de escola e de Educação Física submissa a códigos e valores da instituição esportiva, na qual a padronização técnica dos gestos esportivos e a exigência de rendimentos atléticos, entre outros elementos passaram a definir os objetivos da prática esportiva educacional (SOUZA Jr., 2001).

Desse modo, o que temos é um Estado interventor e indutor de políticas esportivas em consonância e concordância com o que o campo esportivo, de natureza conservadora, enxerga e entende que deva ser prioritário na política esportiva: o esporte de rendimento, o esporte de representação nacional, que supõe os grandes eventos esportivos (CASTELLANI FILHO, 2008).

Para além das contradições apontadas, é crucial contrapor outra ideia subjacente ao programa, qual seja: a escola como base do esporte nacional. Os argumentos que sustentam tal assertiva se circunscrevem, por um lado, a partir da compreensão de que a escola é lugar de formação humana, construída com base no desenvolvimento do processo de conhecimento, bem como de apreensão da realidade complexa na qual estamos inseridos (CASTELLANI FILHO, 2010, p. 26-27), de modo que:

[...] em raras ocasiões a escola e o esporte comungam sentimentos: o esporte percebendo a escola como espaço de formação humana e não lugar de detecção de talentos esportivos; a escola, reconhecendo a existência de conhecimento no esporte além daquele

21 Informação produzida e veiculada no sítio do Ministério do Esporte, cujo título é 'Governo Federal Trabalha de forma articulada para construir o legado esportivo do Rio 2016. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/index.php/fique-por-dentro/67-lista-fique-por-dentro/45549-governo-federal-trabalha-de-forma-articulada-para-construir-o-legado-esportivo-do-rio-2016>. Acesso em: 16 Mar. 2014.

situado no campo da saber fazer esportivo, estendendo-se aos significados que ele possui no âmbito de nossa cultura e à sua importância na construção de nossa existência.

Portanto, a aproximação da escola com o esporte, no âmbito das políticas educacionais, exige esforços no sentido de superar, pelo menos, duas premissas enraizadas no setor: de um lado requer que o esporte e, por consequência, o setor esportivo deixe de tomar a escola como tempo e espaço de identificação de novos talentos esportivos para alimentar os propósitos do campo esportivo; e, por outro lado, a própria escola, por seu turno, precisa apanhá-lo como elemento constitutivo do processo de escolarização, reconhecendo seu potencial para a formação humana.

CONSIDERAÇÕES

Pelo exposto, é importante destacar que a análise sobre a relação entre esporte e escola demanda aprofundamento de reflexão e capacidade de leitura crítica. Sobre tudo porque, por ocasião dos grandes eventos esportivos, a questão ganha notoriedade e importância na agenda nacional, ocupando significativo espaço na mídia, pautando a opinião pública. Assim, para os fins deste estudo, considera-se fundamental recuperar as “questões de partida”, enumeradas na introdução do estudo, as quais auxiliam no encadeamento da análise, a saber: qual o desafio identificado pelo Estado brasileiro para propor políticas como o ‘Atleta na Escola’? Quais aspectos conservam, reeditam e reatualizam no contemporâneo?

Como a pretensão não é de produzir respostas, mas de discuti-las à luz do direito

social ao esporte, a primeira observação a ser feita circunscreve a presença, no âmbito do programa, de um discurso que busca conferir legitimidade a ação a partir da inserção de novas qualidades e atributos às políticas de esporte educacional, dando a elas um caráter “social”, “formativo” e até “emancipador”. É esse discurso que permite “(re)escalar”, na atualidade, a Educação Física brasileira e, também, a escola para “jogar” como base do esporte nacional.

Assim, em nome do direito social ao esporte – preconizado na Constituição Cidadã de 1988 –, da democratização de seu acesso, do incentivo às práticas esportivas, bem como da difusão e desenvolvimento de valores olímpicos e paralímpicos, o ‘Atleta na Escola’ estimula, incentiva e materializa uma política de eventos e massificação esportiva, cujo fim último é a detecção dos talentos esportivos, permitindo organizar o melhor selecionado brasileiro. Esses são aspectos que distanciam o referido programa da noção de ampliação de direito. Antes, reificam o esporte como privilégio daqueles que portam as habilidades e condições para seu exercício.

Logo, é fundamental reconhecer que há um descompasso entre as bases teórico-conceituais do programa e seu modelo técnico-operacional. O fato é que os “eixos de ação” do programa colocam em xeque o princípio de democratização do esporte, especialmente no ambiente escolar, de maneira que se no plano do discurso ou da retórica esse princípio chega a manifestar-se, o mesmo não acontece na esfera dos procedimentos para sua efetivação.

Ademais, cabe evidenciar que o estudo da estrutura e dinâmica do Programa Atleta na Escola é elucidativo e emblemático do modo como os grandes eventos

esportivos têm impactado as políticas de esporte educacional no Brasil, cujo conteúdo, estratégias de materialização e mesmo a avaliação são orientados pela ambição olímpica que subjaz a organização dos grandes eventos, reatualizando o modelo piramidal esportivo, ao localizar a escola na base da pirâmide.

Esse cenário de colonização do educativo pelo performático traz, de contrabando, outras implicações para a área como aquela que faz do professor um olheiro do Estado, das Federações, das Confederações e dos clubes – limitando sua ação a “separar o joio do trigo”, peneirando novos talentos. Bem como àquela que toma a escola como celeiro de atletas, fazendo dela tempo e espaço de treinamento esportivo. No entanto, considerando a capacidade reativa e o poder refratário dos professores e da escola ante ao projeto olímpico é fundamental vislumbrar a possibilidade de resistência e, por isso, de ressignificação parcial ou total de seus rebatimentos. Que podem, inclusive, serem bem recebidos, dada a escassez de estrutura e materiais no sistema público de ensino. Assim, sua operacionalização fica, então, condicionada à atividade partilhada pelos sujeitos da escola.

A questão que está posta, então, é a instrumentalização da escola, da Educação Física e, sobretudo, das políticas de esporte educacional. Este processo supõe a pseudovalorização da Educação Física e, por consequência, de seus profissionais, além da massificação esportiva, da submissão do esporte educacional aos códigos, valores e regras do alto rendimento – o que faz daquele uma paródia deste.

Em contraposição, advoga-se que o esporte precisa estar na escola, seja por meio das aulas de Educação Física ou

mesmo como objeto de políticas esportivas educacionais, mas como um elemento da cultura corporal que precisa ser apreendido, demandando estrutura e organização pedagógica que viabilize seu entendimento, apreensão, reflexão e reconstrução como conhecimento que constitui o acervo cultural da humanidade – aspectos que implicam a construção de uma forma educacional para o esporte no Brasil.

Por fim, para dar conta destes desafios é fundamental o desenvolvimento de novos estudos que aprofundem a análise dos programas esportivos em curso no país, a fim de construir referenciais para o estabelecimento de políticas públicas comprometidas com a equidade e justiça social, pautadas em uma concepção de esporte e educação como elementos da prática social, pedagógica, cultural e política.

REFERÊNCIAS

- BOSCHETTI, I. **Dimensões, categorias e indicadores para análise e avaliação de políticas sociais**. Brasília, 2006.
- _____. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2009.
- BRACHT, V. **Sociologia Crítica do Esporte: uma introdução**. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.
- BRACHT, V.; ALMEIDA, F. Q. A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 87-101, maio 2003.
- _____. Esporte, escola e a tensão que os megaeventos trazem para a Educação

- Física Escolar. **Em Aberto**, Brasília, v. 26, n. 89, p. 131-143, jan./jun. 2013.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº. 6251, de 08 de outubro de 1975**. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1975/6251.htm>>. Acesso em: 15 de Ago. 2014.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil/1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 Ago. 2014.
- _____. **Lei de diretrizes e bases da Educação - 9394/1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 10 Ago. 2014.
- _____. Ministério do Esporte. **III Conferência Nacional de Esporte: documento final**. Brasília: ME, 2010.
- BUENO, L. **Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento**. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. 2008.
- CASTELLANI FILHO, L. **A Educação Física no sistema educacional brasileiro: percursos, paradoxos e perspectivas**. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Unicamp, Campinas, 1999.
- _____. O estado brasileiro e os direitos sociais: o esporte. In: GARCIA, C. C.; HÚNGARO, E. M.; DAMASCENO, L. G. (Orgs.). **Estado, Política e Emancipação Humana: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais**. Santo André: Apharrabio, 2008.
- _____. Lazer, cultura e educação: reflexões nada aleatórias sob a ótica da educação física. In: MASCARENHAS, F.; LAZZAROTTI FILHO, A. (Orgs.) **Lazer, cultura e educação: contribuições ao debate contemporâneo**. Goiânia: Editora UFG, 2010.
- DANTAS Jr., H. S. A esportivização da educação física no século do espetáculo: reflexões historiográficas. **Revista HISTERDBR On-line**, Campinas, n. 29, p. 215-232, mar. 2008.
- FURTADA, F. M. Educação Olímpica: conceitos e modelos. In: RUBIO, K. (Org.) **Educação Olímpica e responsabilidade social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- GARCIA FERRANDO, M. **Aspectos sociales del deporte: una reflexión sociológica**. Madrid: Alianza, 1990.
- MANHÃES, E. D. **Políticas de esportes no Brasil**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- MASCARENHAS, F. O Estado brasileiro e os Direitos Sociais: o Lazer. In: GARCIA, C. C.; HÚNGARO, E. M.; DAMASCENO, L. G. (Orgs.). **Estado, Política e Emancipação Humana: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais**. Santo André: Apharrabio, 2008.
- _____. Megaeventos esportivos e educação física: alerta de tsunami. **Movimento**, Porto Alegre, v.18, n.1, p. 39-67, jan./mar. 2012.
- MASCARENHAS, F. et. al. O bloco olímpico: Estado, organização esportiva e mercado na configuração da agenda Rio 2016. In: CAPELA, P.; TAVARES, E. (Orgs.) **Megaeventos esportivos: suas consequências, impactos e legados para a América Latina**. Florianópolis: Insular, 2014.

- OLIVEIRA, S. A. **O 'novo' interesse esportivo pela escola e as políticas públicas nacionais.** Tese (Doutorado em Educação). Centro de Educação. UFPE. Recife, 2009.
- PIRES, G. L.; SILVEIRA, J. Esporte educacional... existe? Tarefa e Compromisso da Educação Física com o esporte na escola. In: SILVA, M. R. (Org.) **Esporte, educação, estado e sociedade: as políticas públicas em foco.** Chapecó: Argos, 2007.
- REPPOLD FILHO *et al* (Orgs.). **Olimpismo e Educação Olímpica no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGR, 2009.
- RUBIO, K. Alteridade e cidadania como caminhos para a compreensão da diversidade e do multiculturalismo na Educação Olímpica. In: REPPOLD FILHO *et al.* (Orgs.). **Olimpismo e Educação Olímpica no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGR, 2009.
- SOUZA Jr., M. A educação física no currículo escolar e o esporte: (im) possibilidade de remediar o recente fracasso esportivo brasileiro. **Pensar a Prática**, v. 4, p. 19-30, jul./jun. 2001.
- STIGGER, M. P.; LOVISOLO, H. (Orgs.) **Esporte de rendimento e esporte na escola.** Campinas: Autores Associados, 2009.
- VAZ, A. F. Teoria crítica do esporte: origens, polêmicas e atualidades. **Esporte e Sociedade**. v. 3, n. 7, 2008.

SPORTS TRAINING PROGRAM AT SCHOOL – ATHLETE AT SCHOOL: logical fundamentals and historical circumstances

ABSTRACT

This study is an initial attempt to assess the "Sports Training Program at School - Athlete at School" and is structured according to its wide three "lines of action", namely: encouragement and democratization of sports practices at school; development and dissemination of the Olympic and Paralympic values among students of basic education; and identification and guidance of young talents. In the case of the first two lines, the results show weaknesses, mismatches, and inaccuracies between the theoretical conceptual framework and the technical operational design. On the other hand, the last line confers identity and compliancy to the program, (re)directing the school and physical education to the old "game" of sports massification, and identification and selection of talents. Therefore, the considerations indicate the need to counteract the renewed risk of using the school, physical education, and educational sports policies in accordance with the desires and prerogatives of the sports sector *stricto sensu*.

Keywords: School; Physical Education; Sports; Public Policies

**PROGRAMA DE FORMACIÓN DEPORTIVA EN LA ESCUELA – ATLETA EN LA ESCUELA:
fundamentos lógicos y circunstancias históricas**

RESUMEN

Este estudio es un primer intento de análisis del “Programa de Formación Deportiva en la Escuela - Atleta en la Escuela” y está estructurado según sus tres grandes “ejes de acción”, a saber: estímulo y democratización de las prácticas deportivas en la escuela; desarrollo y difusión de los valores olímpicos y paralímpicos entre los estudiantes de educación básica; y identificación y orientación de jóvenes talentos. En el caso de los dos primeros ejes, los resultados muestran debilidades, desajustes e imprecisiones entre el marco teórico-conceptual y el diseño técnico-operativo. Por otro lado, el último eje otorga identidad y conformidad al programa, (re)direccionando a la escuela y la educación física hacia el antiguo “juego” de masificación deportiva e identificación y selección de talentos. Por lo tanto, las consideraciones indican la necesidad de contrarrestar el renovado riesgo de instrumentalización de la escuela, de la educación física y las políticas deportivas educacionales en función de los deseos y prerrogativas del sector deportivo *stricto sensu*.

Palabras clave: Escuela; Educación Física; Deportes; Políticas Públicas

Recibido em: janeiro/2015

Aprovado em: março/2015